



RESENHAS

ABELÉM, A.G. **Urbanização e remoção**; por que e para quem? Belém, Centro de Filosofia e Ciências Humanas/NAEA/UFGPA, 1988. 165p.

A leitura de "Urbanização e remoção: por que e para quem?" é mais uma contribuição do NAEA à compreensão dos problemas amazônicos.

A proposta da Autora, nesta obra, é "fazer uma análise crítica da ideologia do planejamento urbano num sistema capitalista, tendo como objeto concreto de estudo o Programa de Recuperação das Baixadas de Belém (PRB)". Apresenta dois ângulos de abordagem, que são: como a população sente a remoção e urbanização; e como os mesmos fatos deste processo são representados pelos técnicos em planejamento.

A pesquisa inicia-se em 1978, quando da elaboração do projeto, e prossegue até 1981, quando o tratamento teórico é aprofundado e resultados são apresentados em fóruns de discussão.

Os cinco capítulos entrelaçam análises teóricas e observações empíricas, num esforço de compreender o planejamento urbano, principalmente no que se refere ao papel do planejador e o tratamento dado à população.

O Estado, o planejamento urbano e a questão da habitação são discutidos no primeiro capítulo, desvendando-se a natureza de classe mascarada pela "relativa" autonomia do caráter político em relação ao econômico. Esta abordagem é, de certa forma, retomada no quinto capítulo, quando torna evidente o papel do Estado na transformação da habitação, de valor de uso em valor de troca.

A seguir, no capítulo "O contexto regional e seu reflexo na zona urbana", ela chama a atenção para especificidades amazônicas, sejam rurais ou não, e compõe um quadro de conformação característica e articulada com o global do movimento conjuntural do país. Aparecem os conflitos pela terra, a Zona Franca de Manaus, a abertura de novas estradas e a formação de núcleos às suas margens, e um processo de urbanização promovido pelo avanço do capital na região.

No terceiro capítulo discute-se o Programa de Recuperação das Baixadas, desde o conceito destas como localidade, sua forma de ocupação e os interesses que se encontravam no processo, até a remoção e as conseqüências na população e no próprio Programa. No mesmo capítulo, a análise dos de-

poimentos de técnicos e da população oferece visões de ângulos diferenciados, em que estão evidentes a concepção idealizada dos primeiros e a expressão de vida dos últimos.

A população removida, objeto do quarto capítulo, é caracterizada, em sua maioria, por escolaridade primária, famílias numerosas (mais de seis membros, em média), oriundas de outras localidades, movidas pela busca de melhores condições de vida. Sobre a origem, Auriléa aponta para um dado que contraria o senso dos planejadores: os moradores da área estudada não vêm de zona rural, nem de áreas de conflitos de terra, mas em grande parte dos municípios próximos a Belém, "cujo acesso é mais fácil" (p. 92).

Sobre trabalho e renda, verifica-se a necessidade de readaptação desta população, mesmo para o exercício de atividades pouco qualificadas, semelhantes às exercidas no local de origem, mas que exigem ajustes culturais para "assimilar" ou "urbanizar" conhecimentos, regras e valores, tais como "distância" e "proximidade" social, a fim de prestar serviços às classes médias e altas e através delas conseguir certa fonte de renda (p. 95). A pouca qualificação e a abundância desta mão-de-obra determinam rendimentos parcos, obrigando-a à complementação com outros serviços. Em sua grande maioria as famílias auferem até 3 salários mínimos.

A razão de buscarem as baixadas e áreas distantes, carentes de serviços urbanos, é explicada como decorrência destas não serem bem definidas quanto à sua posse, serem insalubres e ainda não especuláveis no mercado imobiliário. A ocupação e valorização destas áreas despertam a cobiça deste mercado imobiliário, "surgindo normalmente um programa de renovação urbana que, com aparentes objetivos de dar melhores condições à população af residente, acaba expulsando-a daí em benefício de classes médias e altas" (p. 101).

Outra questão é a da troca que normalmente é feita pelo assentado/removido, que vende a casa valorizada, adquirindo outra em condições mais precárias, em verdade mais ajustada à sua condição de renda, uso, acesso a transporte, trabalho e isenção de taxas de serviços comuns a áreas valorizadas.

A conclusão a que chega a Autora é a de que a remoção e urbanização, nos moldes do observado nesta área, satisfazem objetivos diferentes dos pretendidos pela população. Enquanto os planejadores imaginam que a melhoria se dá pela valorização (valor de troca) das habitações, o que é desejado pela população são condições associadas ao valor de uso de suas habitações. O planejamento urbano tem servido, portanto, ao movimento do capital em áreas anteriormente fora destes ou fracamente articuladas ao seu circuito.

"As soluções apontadas para a recuperação das áreas alagadas de Belém apresentam-se como soluções ideológicas dos planejadores e daqueles que detêm o poder de decisão, não vindo ao encontro dos interesses e ex-

pectativas da população, que deseja apenas uma infra-estrutura mínima que lhe garanta melhor saúde e acesso ao transporte, mas que não afete seu orçamento nem sua estrutura de vida, expulsando-a desta área. Como essas soluções não alteram a diferente distribuição do produto do trabalho, nada mudam estruturalmente; os resultados apresentam-se paliativos e a população vai reproduzir em outras áreas as condições de vida anterior" (p. 158).

O papel do Estado é apresentado como o de dar coesão à "formação social e mantenedor das condições de reprodução capitalista" (p. 160), o que leva à conclusão de inviabilidade para o atendimento de aspirações das camadas dominadas. "Quando muito, desde que não seja alterada a estrutura de poder, é permitido que, fruto da pressão das massas, se melhorem as condições de reprodução da força de trabalho" (p. 160).

"Urbanização e remoção: por que e para quem?" constitui, com os limites de um estudo de caso, uma contribuição à discussão da intervenção do Estado em zonas urbanas, da relação cidade-campo, e, principalmente, das óticas diferenciadas entre agentes do Estado e a população.

Gutemberg Armando Diniz Guerra



SANTOS, S.A. dos. (Coord.). **Criação de empresas de alta tecnologia**; capital de risco e os bancos de desenvolvimento. São Paulo, Pioneira, 1987. 189p.

O livro do professor Silvio Aparecido dos Santos, da USP, é uma das mais compreensivas pesquisas no campo do desenvolvimento organizacional de empresas de ciência e tecnologia. O "approach" adotado é o da economia política clássica, com ênfase na interdisciplinaridade e nas relações interinstitucionais.

Após revisar aspectos econômicos e tecnológicos das empresas de tecnologia avançada, ele enfatiza o papel que essas empresas assumem na substituição de importações através da geração de novos produtos e serviços, no melhoramento da competitividade dos produtos nacionais no mercado externo e na geração de empregos qualificados, com isso beneficiando a sociedade como um todo.

As experiências alemã, francesa, japonesa, inglesa e norte-americana são desfiladas e analisadas à luz do acontecido com o "Silicon Valey" e a